



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA**



JOÃO PAULO MENDES RODRIGUES

**A BUSCA POR GESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A COMUNICAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL COM A POLÍCIA MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2024

JOÃO PAULO MENDES RODRIGUES

**A BUSCA POR GESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A COMUNICAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL COM A POLÍCIA MILITAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Daniel Freire Rezende.

GOIÂNIA-GO

2024

A BUSCA POR GESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A COMUNICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL COM A POLÍCIA MILITAR

THE SEARCH FOR STRATEGIC MANAGEMENT FOR COMMUNICATING PAROLE CONDITIONS WITH THE MILITARY POLICE

João Paulo Mendes Rodrigues¹

Daniel Freire Rezende²

RESUMO

O livramento condicional é uma situação em que uma pessoa, previamente privada de liberdade, passa a gozar de liberdade condicional. Essa condição demanda uma comunicação clara entre os órgãos envolvidos para garantir que todos entendam as condições impostas ao indivíduo. Este estudo tem como objetivo discutir como é feita a comunicação entre os órgãos e desenvolver um conjunto de recomendações para aprimorar a comunicação estratégica na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). A metodologia consistiu na análise de dados do CNJ e do departamento de TI da PMGO, entrevistas com policiais e profissionais de TI, e a avaliação de documentos internos e relatórios de gestão. A análise dos dados revelou que mais da metade dos policiais já abordaram alguém em liberdade condicional, sendo que, nesses casos, o próprio abordado admitiu estar em liberdade condicional. Cerca de um terço dos policiais confirmaram a situação de liberdade condicional por meio de sistemas informatizados, enquanto 11,3% nunca abordaram alguém em tal condição. A maioria dos respondentes (58) usa o "MPORTAL" como principal meio para confirmar o livramento condicional, indicando sua importância como ferramenta centralizada. Entretanto, 23 respondentes mencionaram não ter conseguido comprovar o livramento condicional, sugerindo lacunas significativas no sistema. Com base nos desafios identificados, recomenda-se o desenvolvimento de uma plataforma informatizada que facilite a comunicação entre a PMGO e o Poder Judiciário. Esta plataforma deve centralizar informações e permitir acesso rápido e seguro aos dados dos indivíduos em livramento condicional, gerando alertas automáticos em casos de violações das condições de livramento.

Palavras-chaves: Análise de dados; Entrevistas; Documentos internos

ABSTRACT

Conditional release is a situation in which a person previously deprived of liberty enjoys conditional freedom. This condition requires clear communication between the involved agencies to ensure everyone understands the conditions imposed on the individual. This study aims to discuss how communication is conducted between the agencies and to develop a set of recommendations to improve strategic communication within the Military Police of the State of Goiás (PMGO). The methodology consisted of data analysis from the CNJ and the IT department of the PMGO, interviews with police officers and IT professionals, and the

¹Aluno do Curso de Formação de Oficiais e do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Bacharel em Direito e Especialista em.... Email:

evaluation of internal documents and management reports. The data analysis revealed that more than half of the police officers had approached someone on conditional release, with the individuals themselves admitting to being on conditional release in these cases. About one-third of the police officers confirmed the conditional release status through computerized systems, while 11.3% had never approached someone in such a condition. The majority of respondents (58) use the "MPORTAL" as the main means to confirm conditional release, indicating its importance as a centralized tool. However, 23 respondents mentioned not being able to verify conditional release, suggesting significant gaps in the system. Based on the identified challenges, it is recommended to develop a computerized platform that facilitates communication between the PMGO and the Judiciary. This platform should centralize information and allow quick and secure access to the data of individuals on conditional release, generating automatic alerts in cases of violations of the release conditions.

Keywords: Data analysis; Interviews; Internal documents

1 INTRODUÇÃO

A comunicação eficaz das condições impostas no livramento condicional é um componente vital para a segurança pública e a reintegração social de indivíduos. A complexidade desta tarefa reside não apenas na natureza das informações a serem comunicadas, mas também na necessidade de uma coordenação eficiente entre várias entidades jurídicas e de segurança.

A Polícia Militar, como força de segurança de primeira linha, tem a responsabilidade de garantir que as condições de livramento condicional sejam compreendidas e seguidas. Isso requer uma comunicação clara e precisa. Falhas na transmissão dessas informações podem levar a mal-entendidos, não conformidade e, conseqüentemente, riscos à segurança pública. Portanto, estabelecer canais eficientes e estratégias de comunicação é essencial.

Um dos principais desafios é a diversidade e complexidade das condições de livramento condicional, que podem variar significativamente de caso para caso. Além disso, a Polícia Militar frequentemente opera com recursos limitados e sob pressão constante, o que pode dificultar a implementação de sistemas de comunicação eficazes. A resistência à mudança organizacional e a necessidade de integração entre diferentes departamentos e sistemas jurídicos também apresentam desafios significativos.

Para superar esses desafios, a adoção de estratégias de comunicação eficazes é imperativa. Isso inclui o uso de tecnologia para facilitar a troca de informações, treinamento regular para os membros da Polícia Militar sobre as nuances do livramento condicional e a criação de protocolos claros para a comunicação entre diferentes departamentos e agências. Além disso, a promoção de uma cultura organizacional que valorize a comunicação transparente e responsiva é fundamental.

A incorporação de tecnologia avançada pode desempenhar um papel significativo na melhoria da comunicação. Sistemas de gerenciamento de dados, por exemplo, podem fornecer acesso rápido e preciso às condições de livramento condicional de cada indivíduo, facilitando o monitoramento e a comunicação eficiente. Além disso, plataformas digitais podem ser utilizadas para treinamento e atualizações regulares sobre mudanças nas políticas e procedimentos.

Uma abordagem colaborativa interagencial é outra faceta vital. Estabelecer fortes laços de comunicação e cooperação entre a Polícia Militar, os tribunais e as agências de liberdade condicional pode ajudar a garantir que todos os envolvidos estejam na mesma página. Isso facilita a troca de informações e garante que as condições de liberdade condicional sejam cumpridas de maneira mais eficiente e eficaz.

A necessidade de uma gestão estratégica eficaz na comunicação das condições de livramento condicional na Polícia Militar é de suma importância e justifica-se por várias razões. Primeiramente, o livramento condicional é uma fase crítica no sistema de justiça criminal, funcionando como uma ponte entre a reclusão e a reintegração na sociedade. A eficácia com que as condições de livramento condicional são comunicadas e gerenciadas pela Polícia Militar tem um impacto direto na prevenção da reincidência e na promoção da segurança pública.

Em segundo lugar, as falhas na comunicação podem levar a interpretações errôneas ou ao desconhecimento das condições impostas pelo livramento condicional, resultando em riscos legais e de segurança. A Polícia Militar, portanto, deve ser capaz de gerenciar e comunicar eficientemente essas condições para garantir o cumprimento da lei e proteger a comunidade.

Nessa linha, o objetivo deste estudo consiste em desenvolver um conjunto de recomendações para aprimorar a comunicação estratégica na Polícia Militar, focando nas condições do livramento condicional. Este estudo busca servir como um ponto de referência para futuras pesquisas e práticas no campo da gestão estratégica na segurança pública."

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A comunicação estratégica é uma peça fundamental na engrenagem que garante a eficácia das operações de segurança pública, especialmente dentro das instituições como a Polícia Militar. Sua importância transcende a simples transmissão de informações,

mergulhando em como essas informações são utilizadas para alcançar objetivos estratégicos, como a gestão de condições de livramento condicional. A aplicação de teorias de comunicação estratégica no contexto da segurança pública oferece uma base para entender e melhorar a dinâmica entre as forças de segurança e a comunidade (SANTOS JÚNIOR; SILVA FILHO; CELLA, 2008).

As teorias de comunicação estratégica sugerem que a comunicação não deve ser vista apenas como um meio de transmitir informações, mas como uma ferramenta estratégica para influenciar percepções, moldar comportamentos e atingir objetivos organizacionais específicos. No contexto da Polícia Militar, isso implica na utilização consciente da comunicação para melhorar a gestão do livramento condicional, assegurando que os indivíduos compreendam suas condições e as consequências de não cumpri-las, ao mesmo tempo em que se promove sua reintegração social (LOPES, 2019).

Segundo Andrelo (2015), um exemplo notável da aplicação bem-sucedida de comunicação estratégica na segurança pública pode ser observado em programas de reintegração desenvolvidos em países como Canadá e Suécia. Nestes programas, estratégias de comunicação são utilizadas não apenas para garantir que os indivíduos em livramento condicional compreendam suas obrigações, mas também para facilitar o acesso a recursos de suporte, como aconselhamento e emprego, demonstrando como a comunicação eficaz pode contribuir para a redução da reincidência.

Essas estratégias incluem o uso de reuniões informativas regulares, plataformas digitais para facilitar a comunicação entre os indivíduos em livramento condicional e seus supervisores, bem como campanhas de conscientização pública destinadas a reduzir o estigma associado aos ex-detentos. Tais abordagens evidenciam a importância de uma comunicação estratégica holística que apoie os objetivos de segurança pública e reintegração social (ANDRELO, 2015).

No entanto, a implementação eficaz de comunicação estratégica na Polícia Militar enfrenta várias barreiras. Questões organizacionais, como a estrutura hierárquica rígida, podem limitar a fluidez da comunicação interna e externa. Isso pode resultar em mensagens inconsistentes ou atrasadas, prejudicando a gestão do livramento condicional e a confiança pública na instituição (TOLENTINO, 2024).

Ainda de acordo com Tolentino (2024), a resistência à mudança é uma barreira significativa dentro de muitas organizações de segurança pública. Inovar em práticas de comunicação pode ser visto como um desafio à tradição e à ordem estabelecida, dificultando a

adoção de novas estratégias de comunicação que poderiam melhorar a gestão do livramento condicional e a reintegração de indivíduos.

Os desafios na coordenação interagencial também representam uma barreira substancial. A eficácia da comunicação estratégica é frequentemente prejudicada pela falta de sincronia e cooperação entre diferentes entidades envolvidas na segurança pública e gestão do livramento condicional, como tribunais, departamentos de correção e agências de apoio social. Isso pode levar a ineficiências na comunicação das condições de livramento condicional e na prestação de serviços de suporte (KULAITIS, 2013).

Para superar essas barreiras, é essencial promover uma cultura organizacional que valorize a comunicação aberta e responsiva. Isso inclui treinamento regular para os membros da Polícia Militar em técnicas de comunicação estratégica, bem como o desenvolvimento de sistemas de comunicação interna que promovam a partilha de informações e a colaboração interdepartamental (BAIL; ROCHA, 2023).

A adoção de tecnologia avançada também pode desempenhar um papel na superação de barreiras à comunicação eficaz. Ferramentas como sistemas de gerenciamento de informações e plataformas de comunicação digital podem facilitar a troca rápida e precisa de informações sobre condições de livramento condicional, melhorando a coordenação entre as agências e a eficácia da comunicação com os indivíduos sob supervisão (BAIL; ROCHA, 2023).

É fundamental estabelecer parcerias com organizações comunitárias e agências de suporte social para criar uma rede de comunicação mais ampla e eficaz. Essas parcerias podem ajudar a garantir que as condições de livramento condicional sejam comunicadas de maneira compreensiva e que os indivíduos tenham acesso aos recursos necessários para sua reintegração (LOPES, 2019).

A avaliação contínua das estratégias de comunicação é vital para garantir sua eficácia e adaptabilidade. Através da coleta de feedback dos indivíduos em livramento condicional, membros da Polícia Militar e parceiros comunitários, é possível ajustar as estratégias de comunicação para atender melhor às necessidades da comunidade e aos objetivos de segurança pública (TOLENTINO, 2024).

A comunicação estratégica é um componente crítico na gestão da segurança pública e do livramento condicional. Superar as barreiras à comunicação eficaz requer uma abordagem multifacetada que inclua a valorização da comunicação aberta, a adoção de tecnologia, a colaboração interagencial e a avaliação contínua. Ao fazer isso, a Polícia Militar

pode melhorar significativamente a gestão do livramento condicional e contribuir para a segurança e o bem-estar da comunidade (BAIL; ROCHA, 2023).

2.2 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA MONITORAÇÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

A integração de tecnologia e inovação na monitoração do livramento condicional tem revolucionado a maneira como as instituições de segurança pública, incluindo a Polícia Militar, gerenciam e supervisionam indivíduos em processo de reintegração social. Este avanço tecnológico não apenas melhora a eficiência e a eficácia da monitoração, mas também oferece novas oportunidades para apoiar a reintegração de ex-detentos na sociedade, marcando um passo significativo na direção de um sistema de justiça criminal mais moderno e humanizado (BURRI, 2011).

Sistemas de gerenciamento de dados são um dos pilares dessa transformação, permitindo o armazenamento, a análise e o compartilhamento eficientes de informações críticas sobre indivíduos em liberdade condicional. Esses sistemas facilitam a tomada de decisões baseadas em dados, garantindo que as condições de livramento sejam comunicadas claramente e monitoradas de perto. A capacidade de acessar rapidamente informações detalhadas sobre o histórico, comportamento e progresso de um indivíduo em livramento condicional é fundamental para prevenir a reincidência e promover a segurança pública (OLIVEIRA et al., 2013).

O monitoramento eletrônico, através de tornozeleiras eletrônicas, é outra inovação que tem se mostrado extremamente eficaz na supervisão de indivíduos em livramento condicional. Esta tecnologia permite um acompanhamento em tempo real, garantindo que os termos do livramento sejam cumpridos e fornecendo dados vitais para as autoridades responsáveis. Além de ser um poderoso dissuasor contra a violação das condições de livramento, o monitoramento eletrônico oferece aos indivíduos a chance de reconstruir suas vidas em liberdade, sob supervisão constante (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2011).

Plataformas digitais de comunicação têm surgido como ferramentas essenciais para melhorar a interação entre os supervisores de liberdade condicional e os indivíduos sob sua supervisão. Essas plataformas facilitam uma comunicação contínua e bidirecional, permitindo o envio de lembretes, agendamento de reuniões e até o fornecimento de suporte e recursos necessários para a reintegração. A facilidade de comunicação promove uma relação mais positiva e produtiva, essencial para o sucesso do processo de livramento condicional (SANTOS; MEIRELES, 2021).

A análise preditiva, alimentada por big data e inteligência artificial, está começando a ser explorada como uma maneira de prever potenciais riscos de reincidência, permitindo intervenções proativas para evitar que indivíduos em liberdade condicional voltem a cometer crimes. Esta abordagem baseada em evidências pode transformar a gestão do livramento condicional, tornando-a mais eficiente e focada em prevenir o crime antes que ele ocorra (MADOZ et al. 2016).

No entanto, de acordo com Geraldini e Prado filho (2014), a adoção dessas tecnologias também traz desafios, incluindo questões de privacidade e a necessidade de garantir que o uso de dados e monitoramento esteja em conformidade com os direitos humanos e as liberdades civis. É essencial que haja um equilíbrio entre o uso de tecnologia para segurança pública e a proteção da privacidade e dignidade dos indivíduos em livramento condicional.

Outro aspecto importante é a necessidade de treinamento contínuo para os profissionais envolvidos na monitoração do livramento condicional, garantindo que estejam aptos a utilizar as novas tecnologias de forma eficaz. A capacitação é fundamental para maximizar os benefícios dessas ferramentas e para enfrentar qualquer resistência à mudança dentro das instituições de segurança pública (GERALDINI; PRADO FILHO, 2014).

A implementação bem-sucedida de tecnologia e inovação na monitoração do livramento condicional também depende de uma infraestrutura robusta e da disponibilidade de recursos financeiros. Investimentos significativos são necessários para adquirir, implementar e manter as tecnologias mais recentes, além de garantir a segurança e a integridade dos dados (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2011).

A colaboração interagencial e o compartilhamento de informações entre diferentes entidades do sistema de justiça criminal são fundamentais para aproveitar ao máximo as tecnologias de monitoração do livramento condicional. A integração de sistemas e a cooperação entre a polícia, tribunais, agências de liberdade condicional e organizações de apoio podem melhorar significativamente a gestão e o suporte aos indivíduos em liberdade condicional (BURRI, 2011).

A participação da comunidade e o suporte de organizações não governamentais podem ser enriquecidos pelo uso de tecnologia, facilitando a criação de redes de apoio e a reintegração social de ex-detentos. Plataformas online e aplicativos podem conectar indivíduos em livramento condicional com recursos comunitários, oportunidades de emprego e serviços de aconselhamento, contribuindo para uma transição mais suave para a vida em liberdade (MADOZ et al., 2016).

Finalmente, é importante monitorar e avaliar continuamente o impacto das tecnologias de monitoração do livramento condicional, ajustando estratégias conforme necessário para garantir que essas inovações atendam efetivamente aos objetivos de segurança pública e reintegração social. Através de uma abordagem reflexiva e adaptativa, é possível maximizar os benefícios das tecnologias na gestão do livramento condicional, promovendo uma sociedade mais segura e justa para todos (GERALDINI; PRADO FILHO, 2014).

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo de desenvolver um conjunto de recomendações destinadas a aprimorar a comunicação estratégica na Polícia Militar, com enfoque nas condições do livramento condicional, este estudo adotou uma metodologia centrada na análise de dados provenientes de duas fontes principais: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o departamento de Tecnologia da Informação (TI) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Inicialmente, foi realizada uma coleta de dados junto ao CNJ, visando obter informações abrangentes sobre as condições de livramento condicional em âmbito nacional. Esses dados incluíram estatísticas sobre a incidência do livramento condicional, as condições mais frequentemente impostas aos indivíduos, bem como índices de reincidência e de cumprimento dessas condições. A análise dessas informações permitiu identificar padrões e desafios comuns enfrentados na comunicação e gestão dessas condições em diferentes regiões do país.

Paralelamente, foi conduzida uma investigação detalhada dos dados internos do departamento de TI da PMGO. Essa etapa focou na avaliação dos sistemas de informação utilizados para gerenciar e comunicar as condições de livramento condicional, incluindo a análise da eficácia das ferramentas de comunicação existentes, a integração desses sistemas com outras plataformas utilizadas por agências de justiça e segurança pública, e a identificação de possíveis lacunas ou ineficiências.

A metodologia adotada incluiu também entrevistas com membros da PMGO responsáveis pela supervisão de indivíduos em livramento condicional, bem como com profissionais de TI envolvidos na gestão dos sistemas de informação. Essas entrevistas foram fundamentais para compreender as percepções dos usuários sobre a funcionalidade, os desafios e as necessidades de melhorias nos sistemas e processos de comunicação.

Foram analisados documentos internos e relatórios de gestão da PMGO, que forneceram informações adicionais sobre as práticas atuais de comunicação das condições de

livramento condicional, as estratégias de monitoramento empregadas e os resultados alcançados em termos de conformidade e reincidência.

A combinação dessas diferentes fontes de dados e metodologias de análise possibilitou uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pela PMGO na comunicação e gestão das condições de livramento condicional. A partir dessa base, o estudo identificou áreas-chave para aprimoramento, incluindo a necessidade de sistemas de informação mais integrados e *user-friendly*, estratégias de comunicação mais eficazes para garantir a compreensão das condições de livramento por parte dos indivíduos, e abordagens inovadoras para o treinamento e o envolvimento dos membros da PMGO nesses processos.

Sendo assim, a metodologia adotada neste estudo foi essencial para desenvolver um conjunto de recomendações informadas e práticas, destinadas a aprimorar a comunicação estratégica na Polícia Militar, focando nas condições do livramento condicional. Essas recomendações foram projetadas para servir como um ponto de referência para futuras pesquisas e práticas no campo da gestão estratégica na segurança pública, contribuindo para a melhoria da segurança pública e da reintegração social de indivíduos em livramento condicional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender melhor a distribuição da experiência entre os policiais, foi aplicado um questionário detalhado, cujas respostas foram essenciais para mapear a composição atual da força policial.

As respostas coletadas foram compiladas e apresentadas de forma gráfica para facilitar a análise e interpretação dos dados. Sendo assim, a pergunta, cujas as respostas estão no Gráfico 1, traz a questão mais importante deste questionário.

Gráfico 1 - Já abordou alguém que estava sob livramento condicional?



A análise dos dados apresentados revela que mais da metade dos policiais (53,8%) afirmaram já ter abordado alguém nessa condição, sendo que, nesses casos, o próprio abordado admitiu estar em liberdade condicional. Esse dado indica uma presença significativa de indivíduos em liberdade condicional nas áreas onde esses policiais atuam e sugere uma certa disposição por parte dos abordados em admitir sua condição diante da autoridade policial.

Cerca de um terço dos policiais (34,9%) afirmaram ter confirmado a situação de liberdade condicional por meio de consulta a algum sistema informatizado. Essa prática revela um esforço em garantir a precisão das informações e em basear as ações policiais em dados concretos, o que é fundamental para a eficácia das operações.

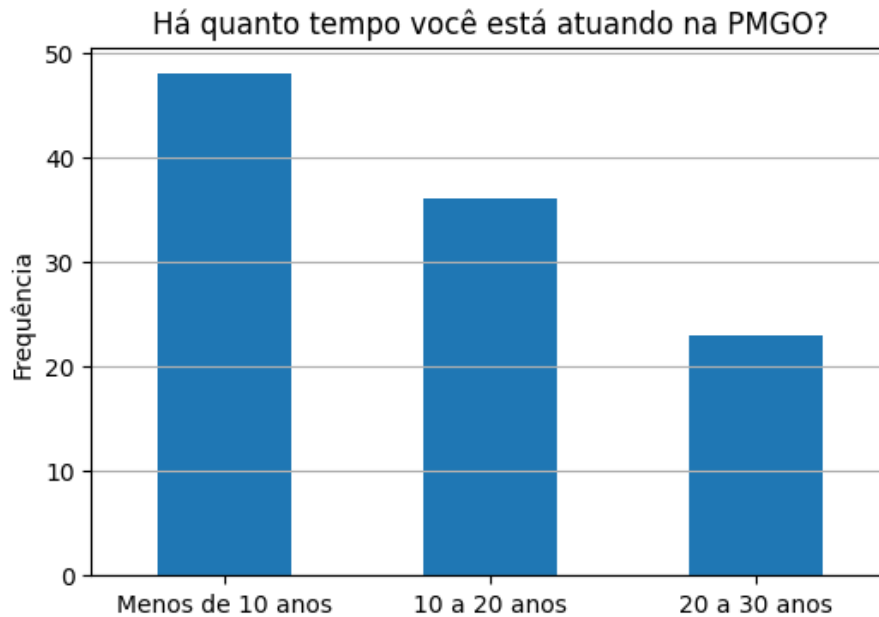
Por outro lado, aproximadamente 11,3% dos policiais responderam que nunca abordaram alguém em liberdade condicional. Embora essa parcela seja menor, ainda é relevante e pode indicar lacunas na identificação ou abordagem de indivíduos em liberdade condicional em certos contextos ou áreas de atuação.

Esses achados destacam a complexidade do ambiente em que os policiais operam e ressaltam a importância da comunicação estratégica dentro da polícia, especialmente no que diz respeito ao entendimento das condições de liberdade condicional e ao desenvolvimento de abordagens adequadas para lidar com esses casos.

A utilização de sistemas informatizados para confirmar as situações de liberdade condicional demonstra uma abordagem mais precisa e tecnológica, que pode servir de exemplo para outras áreas da aplicação da lei. Portanto, é essencial que esses resultados sejam considerados na formulação de políticas e práticas policiais, visando aprimorar tanto a segurança pública quanto o tratamento adequado de indivíduos em liberdade condicional.

Nesse sentido, o Gráfico 2 oferece uma visão da primeira análise referente ao tempo de atuação dos membros na PMGO. Este gráfico categoriza os policiais em diferentes faixas de tempo de serviço, como 0-5 anos, 6-10 anos, 11-15 anos, 16-20 anos, e mais de 20 anos.

Gráfico 2 – Tempo de atuação na PMGO.

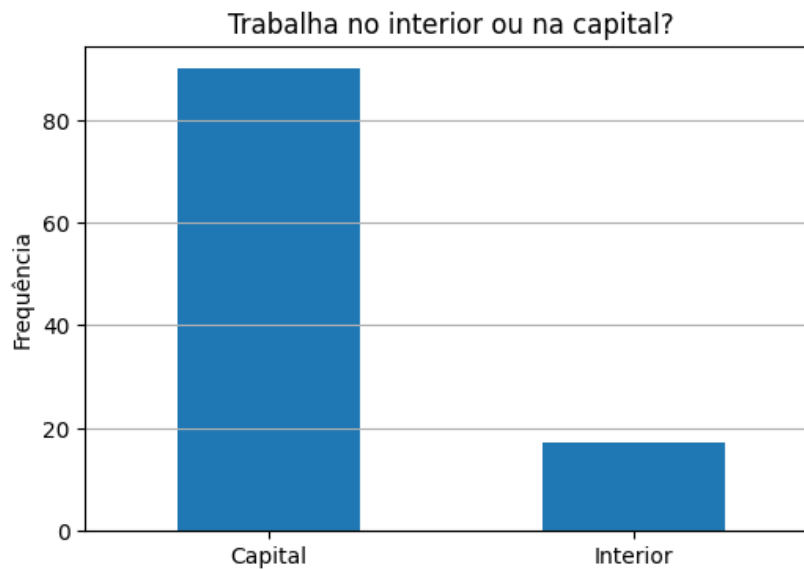


A análise das respostas do Gráfico 1 revela a seguinte distribuição quanto ao tempo de serviço: Menos de 10 anos: 48 respostas; 10 a 20 anos: 36 respostas; e 20 a 30 anos: 23 respostas. Esta proporção sugere que a maior parte dos membros da PMGO possui menos de 10 anos de serviço, indicando uma força de trabalho relativamente jovem e possivelmente menos experiente. Tal cenário pode influenciar diversas facetas da comunicação e gestão dentro da corporação, especialmente no que tange a estratégias inovadoras e a adoção de novas tecnologias, que podem ser mais rapidamente assimiladas por um público mais jovem.

Por outro lado, a presença significativa de membros com 10 a 20 anos de serviço sugere que há também um núcleo experiente capaz de oferecer estabilidade e conhecimento acumulado, essencial para o mentoring e a transmissão de práticas consolidadas. Os membros com 20 a 30 anos de serviço, embora em menor número, representam a liderança sênior e são importantes para a manutenção da visão e missão da organização.

Nessa linha, o Gráfico 3 buscou apontar se a amostra entrevista atua no interior ou na Capital.

Gráfico 3 – Identificação da região de trabalho

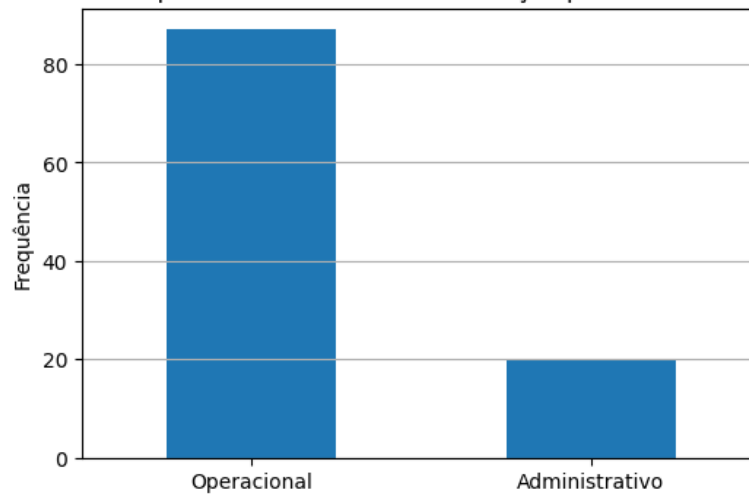


Com 84,1% (90 membros) atuando na capital e apenas 15,9% (17 membros) no interior. Esta concentração na capital pode refletir a necessidade de atender a uma maior demanda de segurança pública e administrativa em áreas urbanas densamente povoadas. No entanto, a escassez de efetivos no interior pode resultar em desafios significativos, incluindo a gestão do livramento condicional e a comunicação eficiente, que são comprometidas pela distância e pela falta de recursos. Essa disparidade sugere a necessidade de uma revisão estratégica na alocação de recursos para garantir uma cobertura mais equilibrada e eficaz da segurança pública em todo o estado, melhorando assim tanto a supervisão do livramento condicional quanto as respostas a emergências em regiões menos atendidas.

Já no Gráfico 4 é observada a proporção dos entrevistados que atuam no operacional ou administrativo. Isso é relevante porque diferentes áreas de atuação geram diferentes perspectivas sobre o problema analisado."

Gráfico 4 – Identificação se trabalho no operacional ou administrativo.

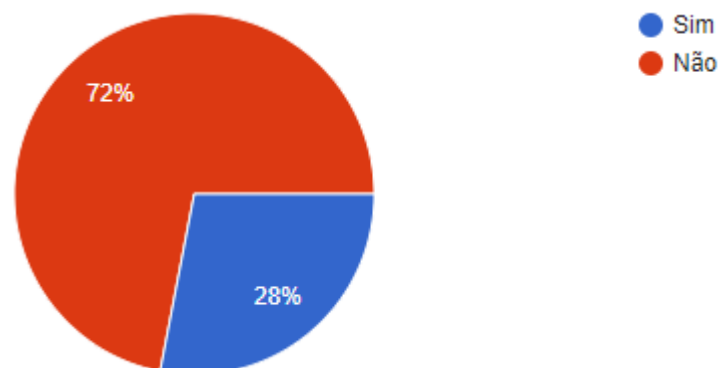
Trabalhou na maior parte de sua carreira no serviço operacional ou administrativo?



Nota-se que 81,3% (87 membros) do pessoal da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) estão engajados em funções operacionais, enquanto apenas 18,7% (20 membros) ocupam posições administrativas. Esta distribuição ressalta a ênfase da PMGO nas atividades de campo, que são relevantes para a resposta imediata e efetiva às demandas de segurança pública. A menor proporção de pessoal administrativo pode indicar uma necessidade de otimizar ou mesmo aumentar o suporte administrativo para melhorar a eficiência operacional.

Seguindo em frente, a próxima análise, mostrada no Gráfico 5, traz as respostas para uma pergunta que objetivou, sob a ótica dos entrevistados, apontar se os sistemas disponíveis para confirmarem a situação de indivíduos sob livramento condicional são suficientes.

Gráfico 5 - Acha que os sistemas disponíveis para confirmarem a situação de indivíduos sob livramento condicional são suficientes?



O Gráfico 5 mostra que 72% (77 membros) dos entrevistados da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) consideram que os sistemas atuais para monitorar indivíduos sob

livramento condicional não são suficientes, indicando uma aceitação geral da eficácia dessas ferramentas. Essa crítica sublinha a importância de investigar as deficiências apontadas, seja no âmbito da tecnologia, da interface de usuário ou da integração de dados, para melhorar e adaptar as ferramentas às demandas de todos os usuários envolvidos na gestão do livramento condicional.

Uma parcela significativa de 28% (30 membros) expressa sua satisfação com os sistemas existentes, sinalizando a existência de lacunas que podem impactar a eficiência do monitoramento. Esta percepção positiva sugere que as funcionalidades oferecidas atendem às necessidades operacionais da maioria, refletindo uma base tecnológica adequada para as tarefas de supervisão e comunicação.

Outro resultado, mostrado na Tabela 1, identificou a forma como se conseguiu comprovar o livramento condicional

Tabela 1 -Conseguiu comprovar por algum meio que o indivíduo estava sob livramento condicional e quais eram as condições (se sim, qual o meio foi utilizado para confirmar esta situação)?

Resposta	Nº de respondentes
MPORTAL	58
Não	23
CONSULTA PROCESSUAL DO TJGO	13
CONSULTA A PESSOA CONHECIDA NUM OUTRO ÓRGÃO.	10
Abordado	1
Portal CNJ	1
GoiásPen	1

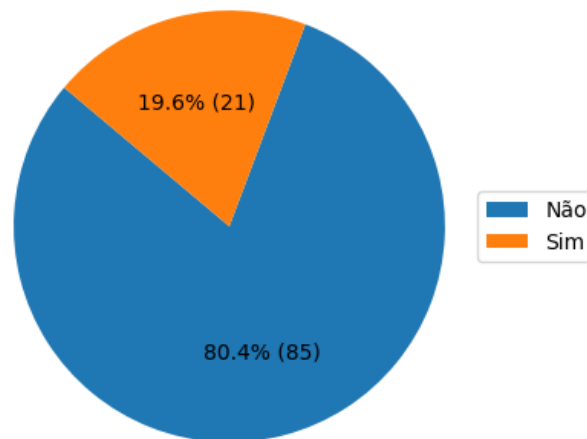
A maioria dos respondentes (58 deles) indicou usar o "MPORTAL" como o principal meio para confirmar se um indivíduo está sob livramento condicional, destacando a importância desse sistema como uma ferramenta centralizada e eficaz para o acesso a informações críticas. Este recurso parece ser a plataforma mais confiável e acessível para os membros da PMGO, servindo como uma base de dados importante para consultas rápidas e seguras.

Por outro lado, 23 respondentes mencionaram não ter conseguido comprovar o livramento condicional, o que aponta para uma questão significativa de acesso ou disponibilidade de informações. Isso sugere que, apesar da existência de ferramentas como o MPORTAL, ainda existem lacunas na cobertura ou na funcionalidade dos sistemas disponíveis.

Outros métodos menos utilizados incluem a "CONSULTA PROCESSUAL DO TJGO" com 13 menções, consultas a uma "PESSOA CONHECIDA NUM OUTRO ÓRGÃO" com 10 menções, e uso do "Portal CNJ", "GoiásPen", e abordagens diretas (cada um com 1 menção). Estes métodos alternativos refletem a diversidade de recursos que os policiais precisam empregar para obter as informações necessárias, o que também pode indicar uma falta de integração ou conhecimento pleno das ferramentas disponíveis.

Já no Gráfico 6 analisou-se se os sistemas disponíveis no Poder Judiciário e na Segurança Pública são integrados.

Gráfico 6 – Acredita que os sistemas disponíveis no Poder Judiciário e na Segurança Pública são integrados?



O Gráfico 6 mostra uma percepção predominante entre os membros da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) sobre a falta de integração entre os sistemas do Poder Judiciário e da Segurança Pública. Com 80,4% (85 membros) dos respondentes indicando que não acreditam na integração desses sistemas, fica evidente uma grande lacuna na coordenação entre essas duas esferas fundamentais para a administração da justiça e segurança. Esta percepção pode apontar para desafios significativos na troca de informações, o que pode afetar a eficiência e eficácia nas operações diárias e no monitoramento de indivíduos sob medidas como o livramento condicional.

Por outro lado, uma minoria de 19,6% (21 membros) considera que existe uma integração adequada, sugerindo que, embora possa haver algumas conexões funcionais entre os sistemas, estas não são suficientemente robustas ou abrangentes para serem reconhecidas pela maioria dos usuários. A disparidade nas respostas também pode refletir diferentes níveis de acesso ou experiências individuais com os sistemas em uso. Essa falta de consenso sobre a integração efetiva indica a necessidade urgente de melhorias tecnológicas e de políticas que

promovam uma melhor cooperação e comunicação entre o Judiciário e a Segurança Pública, visando uma gestão mais coesa e eficiente do sistema de justiça criminal.

A Tabela 2, por sua vez, traz um panorama associando formação e aperfeiçoamento profissional, e autoidentificação como especialista em quais áreas do conhecimento. As respostas estão apresentadas a seguir.

Tabela 2 – Resposta para: Com base em sua formação e aperfeiçoamento profissional, você se classificaria como especialista em quais áreas do conhecimento?

Respostas	Nº de respondentes
Jurídica: Curso de Polícia Judiciária, Especialização em Direito Penal Militar, Docência, etc.	77
Outra modalidade de curso	55
Patrulhamento Tático: Curso Operacional de ROTAM, COESP, COD, etc.	48
Inteligência: COIPM, Análise Criminal, CISP, etc.	24

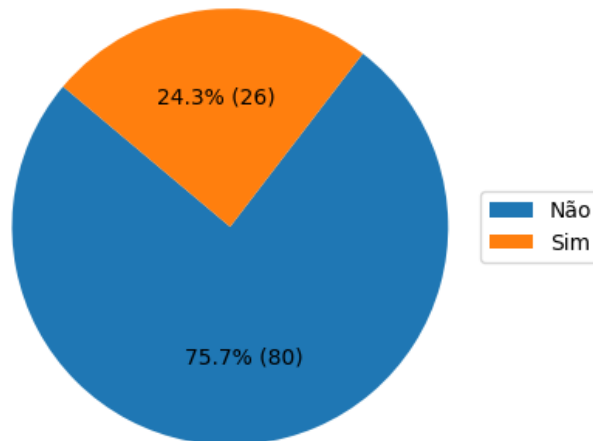
A Tabela 2 traz um olhar detalhado sobre as áreas de especialização dos membros da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), baseado em sua formação e aperfeiçoamento profissional. A distribuição das respostas indica uma forte inclinação para especializações jurídicas, com 77 respondentes se identificando como especialistas em áreas como Polícia Judiciária e Direito Penal Militar. Esta predominância reflete a importância dada à formação em aspectos legais e regulatórios, o que é importante para a atuação policial dentro dos marcos legais e para a execução de operações que exigem conhecimento jurídico aprofundado.

Por outro lado, outras modalidades de cursos também são representativas, com 55 respondentes, enquanto o patrulhamento tático e a inteligência têm, respectivamente, 48 e 24 especialistas cada. O interesse significativo no patrulhamento tático, evidenciado por cursos como ROTAM e COD, e na inteligência, através de cursos como Análise Criminal e CISP, mostra uma diversificação das competências dentro da PMGO. Essa variedade nas áreas de especialização dos membros pode ser um indicativo da complexidade das demandas enfrentadas pela polícia hoje e da necessidade de uma abordagem multidisciplinar para enfrentar os desafios da segurança pública de forma eficaz. A diversidade em áreas de expertise é fundamental para uma força policial adaptável e capaz de responder a uma ampla gama de situações de segurança.

Na sequência tem-se as respostas para uma questão que buscou compreender em casos de descumprimento das condições exigidas no livramento condicional, o entrevistado

conhece algum meio para informar à autoridade judiciária sobre o descumprimento da referida medida. As respostas podem ser vistas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Respostas para: Em casos de descumprimento das condições exigidas no livramento condicional você conhece algum meio para informar à autoridade judiciária sobre o descumprimento da referida medida?



Com base no Gráfico 7, os dados mostram que a análise revela que apenas 24,3% (26 membros) dos entrevistados estão cientes de como informar sobre violações dessas condições, indicando um conhecimento limitado dos canais ou processos estabelecidos para essa comunicação crítica. Este baixo percentual de resposta afirmativa destaca uma lacuna significativa na formação e na informação disponível aos policiais, o que pode impactar negativamente a eficácia do monitoramento e da execução do livramento condicional.

Por outro lado, a grande maioria, 75,7% (80 membros), desconhece os meios apropriados para notificar as autoridades judiciárias sobre o não cumprimento das condições estipuladas, o que sugere uma falha no sistema de comunicação e educação dentro da organização. A falta desse conhecimento limita a capacidade dos oficiais de agir efetivamente em situações onde o livramento condicional é violado, potencialmente permitindo que infratores continuem sem as devidas consequências legais. Este resultado sublinha a necessidade de reforçar a formação e as informações sobre procedimentos operacionais, garantindo que todos os membros da força policial estejam adequadamente equipados para cumprir suas funções no contexto do sistema de justiça criminal.

Por fim, uma última questão é apresentada na Tabela 3, cuja finalidade é verificar se a amostra acredita que poderia haver uma plataforma informatizada para os profissionais de segurança pública poderem conferir e informar o desrespeito às respectivas condições de

livramento condicional. Vale ressaltar que nesta opção poderia haver mais de uma resposta por entrevistado.

Tabela 3 – Respostas para: Você acredita que poderia haver uma plataforma informatizada para os profissionais de segurança pública poderem conferir e informar o desrespeito às respectivas condições de livramento condicional?

Respostas	Nº de respondentes
Sim	123
Sim, aplicação integrada ao Mportal	102
Sim, através de acesso a banco de dados do TJGO ou outro sistema de controle da execução penal.	33
Sim, plataforma restrita ao serviço de inteligência.	4
Não, essa questão não diz respeito ao serviço da polícia militar.	1

A resposta predominante, com 123 membros apoiando a ideia de uma plataforma informatizada, indica um consenso claro sobre a necessidade de melhorar os mecanismos de controle e comunicação das condições de livramento condicional. Além disso, 102 respondentes especificam a integração dessa plataforma com o Mportal, sugerindo uma preferência por expandir e aprimorar um sistema já existente, o que poderia facilitar a adaptação e o uso por já estar familiarizado aos usuários. Outros 33 membros propõem a utilização de acessos a bancos de dados do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) ou outros sistemas de controle da execução penal, indicando a necessidade de interconexão entre diferentes órgãos e plataformas judiciais e de segurança pública.

Apenas uma minoria, com quatro votos, vê a necessidade de uma plataforma restrita ao serviço de inteligência, o que poderia refletir uma visão de que informações sobre o descumprimento de condições de livramento condicional devem ser manejadas com alto grau de confidencialidade e controle. Curiosamente, apenas um respondente acredita que essa questão não diz respeito ao serviço da polícia militar, o que pode indicar um ponto de vista isolado de que a gestão do livramento condicional deve ser exclusivamente judicial.

Esta ampla aceitação de uma solução informatizada demonstra uma conscientização da importância de tecnologias facilitadoras na gestão de operações de segurança pública, especialmente no que diz respeito ao monitoramento eficiente e responsável de indivíduos em livramento condicional. A demanda por uma ferramenta integrada e acessível reflete o desejo de uma abordagem mais sistemática e coordenada na supervisão desses indivíduos, potencialmente aumentando a eficácia das políticas de reintegração e segurança pública.

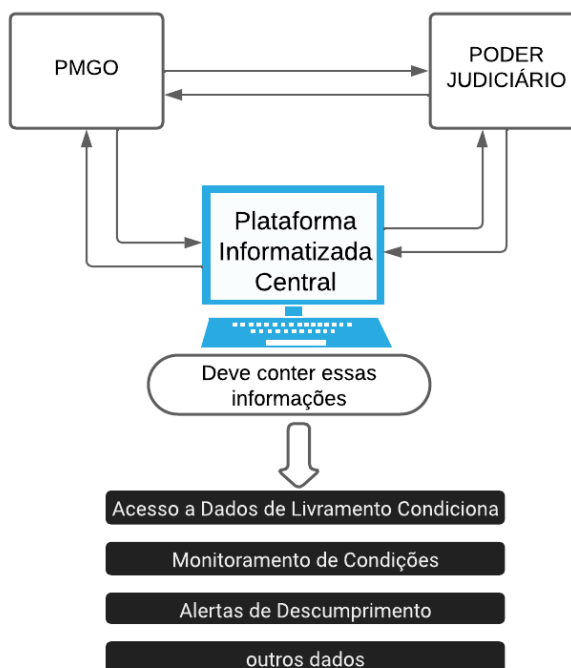
4.1 RECOMENDAÇÕES

Os resultados do estudo evidenciaram desafios críticos na comunicação e gestão das condições de livramento condicional na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Uma falta notável de integração entre os sistemas do Poder Judiciário e da Segurança Pública, conforme destacado pelo Gráfico 5, sugere uma barreira significativa na troca eficiente de informações, afetando a operacionalidade e a prontidão das respostas.

Notou-se também que a concentração de efetivos na capital, como revelado pelo Gráfico 2, e a distribuição desigual entre funções operacionais e administrativas apontam para uma potencial vulnerabilidade em regiões menos atendidas e em áreas críticas da gestão administrativa. Esses fatores juntos indicam uma necessidade urgente de revisão e melhoria nos processos e sistemas utilizados.

Diante desses desafios, sugere-se o desenvolvimento e integração de uma plataforma informatizada que facilite a comunicação direta e eficiente entre a PMGO e o Poder Judiciário. Essa plataforma deve ser capaz de centralizar informações e permitir acesso rápido e seguro aos dados dos indivíduos em livramento condicional, garantindo que todas as partes relevantes possam monitorar e responder prontamente a qualquer descumprimento das condições estabelecidas. Além disso, um foco renovado na alocação equilibrada de recursos pode ajudar a mitigar os efeitos da distribuição desigual de pessoal, melhorando a cobertura e a eficácia da segurança pública em todas as regiões do estado. Um esquema visual desse sistema é mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Proposta de sistema unificado.



Fonte: Autor (2024)

O esquema apresentado na Figura 1 visualiza a proposta de um sistema unificado, a "Plataforma Informatizada Central", destinada a facilitar a comunicação entre a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) e o Poder Judiciário. Este sistema serve como um hub central para o acesso e a gestão de informações relativas ao livramento condicional de indivíduos. As funcionalidades principais da plataforma incluem:

- **Acesso a Dados de Livramento Condicional:** Permite consultar informações detalhadas sobre os indivíduos sob livramento, incluindo suas condições específicas e status atual.
- **Monitoramento de Condições:** Oferece ferramentas para acompanhar o cumprimento das condições impostas no livramento condicional, facilitando a supervisão contínua.
- **Alertas de Descumprimento:** Gera notificações automáticas em casos de violações das condições de livramento, permitindo respostas rápidas e efetivas.

A plataforma está desenhada para integrar-se com os sistemas existentes no Poder Judiciário e na PMGO, promovendo um fluxo de informações bidirecional que assegura transparência e eficiência. Esta integração permite que ambos os setores tenham acesso instantâneo e atualizado às informações necessárias para a gestão eficaz do livramento condicional, melhorando a coordenação e a efetividade das ações de supervisão.

Para aprimorar a eficiência operacional e estratégica na PMGO, algumas ações adicionais são propostas com base nos desafios identificados. Primeiramente, é necessário desenvolver e implementar programas de treinamento continuado que abordem tanto o manejo de novas tecnologias quanto as práticas legais relacionadas ao livramento condicional. Tais programas são especialmente necessários devido ao número significativo de membros recentemente incorporados na PMGO, que podem se beneficiar de uma formação reforçada para preencher lacunas de conhecimento e competência no manejo eficaz das nuances do livramento condicional.

É preciso fazer uma revisão estratégica na alocação de recursos humanos se faz necessária. Os dados apontam uma distribuição desproporcional de forças entre a capital e o interior, bem como entre as funções operacionais e administrativas. Uma gestão mais equilibrada dos recursos poderá assegurar que áreas com menor cobertura e funções de alta demanda recebam os reforços necessários. Isso não só melhorará a gestão do livramento condicional como também aprimorará a capacidade de resposta a situações de emergência em todo o estado.

Por fim, é essencial fortalecer os canais de comunicação tanto internos quanto externos. Deve-se promover o desenvolvimento de protocolos claros para casos de descumprimento do livramento condicional e a adoção de ferramentas de comunicação mais eficientes. Essas medidas garantirão que informações críticas sejam compartilhadas de forma segura e eficiente entre a PMGO e outras entidades, como o Poder Judiciário. Paralelamente, a instituição de um sistema de monitoramento e avaliação contínuos permitirá revisões regulares da eficácia das estratégias implementadas, baseando-se no feedback dos usuários para fazer ajustes e melhorias necessárias. Tais ações conjuntas visam não apenas responder aos desafios atuais, mas também estabelecer uma base sólida para operações futuras, melhorando significativamente a gestão estratégica na segurança pública.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo feito, considerando a entrevista e a proposta elaborada, pode-se dizer que há inúmeros desafios na integração entre a PMGO e o Poder Judiciário no que se refere ao livramento condicional e seus fatores associados. As análises detalhadas revelam a necessidade crítica de melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações, o que é vital para o monitoramento eficaz das condições de livramento condicional. A proposta de desenvolvimento e integração de uma plataforma informatizada central surge como uma

solução promissora para esses desafios, permitindo uma coordenação mais eficiente e um fluxo de informações mais fluído entre as entidades envolvidas.

As recomendações de capacitação continuada e alocação equilibrada de recursos destacam a importância de preparar adequadamente o pessoal da PMGO e de distribuir os recursos de maneira que fortaleça a capacidade de resposta em todas as regiões sob sua jurisdição. Tais iniciativas são essenciais para garantir que os profissionais não apenas compreendam as nuances legais e procedimentais do livramento condicional, mas também estejam equipados para enfrentar e resolver situações que exigem resposta imediata e apropriada.

Logo, a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação continuados irá facilitar a revisão e aprimoramento das estratégias adotadas. Isso permitirá que a PMGO ajuste suas práticas com base no feedback operacional e nas exigências legais, garantindo que as medidas implementadas sejam eficazes e estejam alinhadas com os padrões jurídicos e as expectativas da comunidade. Este estudo proporciona, portanto, uma base valiosa para a inovação contínua e a melhoria dos processos de segurança pública, marcando um passo significativo na evolução das operações da PMGO em colaboração com o sistema de justiça criminal.

REFERÊNCIAS

ANDRELO, Roseane. Comunicação e Estratégias. **Estratégias Competitivas: Comunicação, Inovação e Liderança**, p. 46, 2015..

BURRI, Juliana. O monitoramento eletrônico e os direitos e garantias individuais. **Revista dos tribunais**, v. 100, n. 904, 2011.

GERALDINI, Janaína Rodrigues; PRADO FILHO, Kleber. Emergência e implantação do monitoramento eletrônico no sistema prisional brasileiro. **Clínica & Cultura**, v. 3, n. 1, p. 86-104, 2014.

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Os desafios de um programa federativo: programa nacional de segurança pública com cidadania. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 2, 2013..

MADOZ, Wagner Amorim et al. Eficiência x garantias—a utilização de sistema de monitoramento eletrônico de presos (tornozeleira eletrônica). **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, v. 4, n. 2, p. 79-100, 2016.

OLIVEIRA, Janaina Rodrigues et al. O monitoramento eletrônico de presos no Brasil. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, n. Edição Especial, p. 77-94, 2013.

OLIVEIRA, Janaina Rodrigues; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. O monitoramento eletrônico de apenados no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 2, 2011.

SANTOS JÚNIOR, Aldo Antonio; SILVA FILHO, Daniel Bernardo; CELLA, Heloana. Segurança pública em consonância com a idade do cidadão. **Revista Ordem Pública**, v. 1, n. 1, 2008.

SANTOS, Edson Luiz Ferreira; MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa. UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA DESCOBERTA DE CONHECIMENTO NA BASE DE DADOS PRISIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **PISTA: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, v. 3, n. 1, p. 228-252, 2021

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Considerando que fui informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação e dos procedimentos deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Sim

Não

Qual é a sua graduação/posto na hierarquia?*

Soldado

Cabo

3º Sargento

2º Sargento

1º Sargento

Subtenente

Aspirante

2º Tenente

1º Tenente

Capitão

Major

Tenete - Coronel

Coronel

Há quanto tempo você está atuando na PMGO?

Menos de 1 ano

1 a 5 anos

6 a 10 anos

Mais de 10 anos

Com que frequência você lida com casos de livramento condicional no seu trabalho diário?

Nunca

- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

Você recebeu treinamento específico sobre a gestão de livramento condicional?

- Sim
- Não

Na sua opinião, a comunicação das condições de livramento condicional é eficiente dentro da PMGO?

- Muito eficiente
- Eficiente
- Neutra
- Ineficiente
- Muito ineficiente

Quais são os principais desafios que você enfrenta na comunicação das condições de livramento condicional?

- Falta de informações claras
- Falta de treinamento adequado
- Resistência à mudança
- Dificuldade na cooperação interdepartamental
- Outro: _____

Você utiliza alguma tecnologia ou sistema de informação para gerenciar as condições de livramento condicional?

- Sim
- Não

Se sim, qual? _____

Como você avalia a integração das informações entre a PMGO e outras agências (como tribunais e agências de liberdade condicional)?

- Muito boa

- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

Você acredita que melhorias no sistema de comunicação poderiam impactar positivamente a gestão do livramento condicional?

- Sim
- Não

Se sim, de que forma? _____

Há suporte suficiente para os indivíduos em livramento condicional em termos de acesso a recursos de reintegração social?

- Sim
- Não

Como você acha que a PMGO poderia melhorar a comunicação das condições de livramento condicional?

- Investindo em tecnologia
- Melhorando o treinamento
- Fortalecendo a cooperação interagencial
- Promovendo uma cultura de comunicação aberta
- Outras sugestões: _____

Você tem alguma sugestão específica para melhorar a gestão de livramento condicional na PMGO?